

# África Subsaariana (caminhos incertos através dos séculos)<sup>1</sup>

Therezinha de Castro\*

**O artigo apresenta peculiaridades históricas e geopolíticas da África Subsaariana que nos permitem fugir das simplificações que normalmente se fazem a respeito de suas realidades.**

Fazendo parte do Velho Mundo com a Europa e a Ásia, a África é, na realidade, uma gigantesca península da Eurásia. Encontra-se soldada à Europa e à Ásia nas ribeiras do Mediterrâneo e, muito embora os Urais sejam admitidos como fronteira geostórica entre a Europa e a Ásia, assim considerada por separar blocos culturais. O Rio Nilo o foi, também e por algum tempo, entre a Ásia e a África, até que a abertura do Canal de Suez (1869) viesse, dentro do

enfoque geopolítico, dar maior isolamento ao continente africano, transformando o Mediterrâneo em um *mar de trânsito* e concedendo, em contrapartida, maior importância geoestratégica ao Estreito de Gibraltar, levando Dardanelos e Bósforo para um segundo plano e caracterizando a África muito mais como *continente-ilha*, ou *ilha mundial* de Mackinder, contornada pelo Mediterrâneo, o Índico e o Atlântico. Concluindo, dir-se-ia que a função geopolítica da África tem evoluído no decorrer da História, adaptando-se às necessidades do momento e às condições criadas pelo progresso humano.

Ao se iniciar o século XIX, Napoleão desembarcava no Egito, quando os conhecimentos no continente eram apenas periféricos. Tal como na época das grandes navegações, não iam muito além dos 600km da costa e, assim mesmo, nos lugares mais favoráveis.

A costa retilínea, pouco articulada, se desenvolve ao longo de 27.638km, sem grandes avanços em direção ao mar. Por sua vez, a situação marginal dos planaltos e cordilheiras contribui para a ausência quase que absoluta das planícies costeiras. Em consequência, as bacias hidrográficas têm, via de regra, que abrir passagem através de profundas gar-

\* Professora. Do Corpo Permanente da ESG.

<sup>1</sup> Selecionado pelo PADECEME.

gantas. Comparativamente, o Congo que, como o Amazonas, se situa na faixa equatorial, só pode ser adentrado até 150km do Atlântico, enquanto o rio sul-americano é navegável, mesmo por transatlânticos, até 1.500km de sua foz.

Em decorrência dessa impenetrabilidade, as ilhas litorâneas africanas iriam servir como verdadeiros trampolins para o posterior estabelecimento humano na costa. Assim, Bolama foi o núcleo geostórico da Guiné-Bissau; Goré, no Arquipélago de Cabo Verde, foi ponto de partida dos franceses para o controle do Senegal; enquanto funções idênticas foram representadas por Annobon, S. Tomé e Príncipe, Fernando Pó e, no setor do Índico, por Zanzibar e Pemba.

Conclui-se pois que, antes da invenção do avião, a impenetrabilidade da África manteve-a praticamente desconhecida, não sendo exagero afirmar-se que coube ao primeiro vôo sobre o continente, realizado em 1912 por Chalmers Mitchell, marcar-lhe seu conhecimento mais generalizado.

Seu destino, durante séculos, foi o de *viver atrás da barreira do litoral*. Sua

história será, assim, essencialmente terrestre, muito embora sua geografia tenha sido desvendada por civilizações marítimas, a partir das grandes navegações.

### PARTILHA GEOPOLÍTICA

A fisiografia africana, contribuindo para um *estabelecimento geostórico ocasional costeiro* durante vários séculos, trouxe, como consequência geopolítica, a mudança de donos por várias vezes. Os colonizadores iniciais — portugueses, espanhóis e, depois, holandeses — foram, no século XIX, em muitas áreas, substituídos pelos ingleses, franceses e, depois, pelos próprios alemães e italianos.

A perda da América pelos europeus aguçou-lhes o desejo pela África. A corrida para esse continente começaria a provocar atritos e, para contorná-los, convocou-se a *Conferência de Berlim* (15 de novembro de 1884 — 26 de fevereiro de 1885). Para premiar as potências da época, deserdava-se Portugal e Espanha, anulando-se o direito histórico das descobertas, ao se determinar que não haveria o reconhecimento da posse sem a ocupação efetiva do território pelo país que recla-

masse o direito de soberania. Assim sendo, as colônias dos povos ibéricos subsistiram com as da Espanha, bem mais modestas que as de Portugal. À França e à Inglaterra se atribuíram as maiores partes do continente, enquanto a Bélgica se estabelecia no coração congolês, e a Itália e a Alemanha ocupavam posições esparsas.

A ocupação da África pelo europeu pode ser caracterizada dentro dos princípios abaixo destacados.

- *Princípio econômico*, visando a assegurar mercados para a produção industrial e, ao mesmo tempo, como área fornecedora de matérias-primas, já que o monopólio com a América terminara com a independência. Daí a conclusão do político francês Jules Ferry que *a política colonial é filha da política industrial*.

- Dentro dos princípios correlatos da *estratégia* e do *poder*, visava-se ao domínio das principais rotas marítimas, assegurando-se pontos de apoio, para a frota de guerra, e de escala, para a marinha mercante. Chocaram-se, pois, as políticas francesas e inglesas de união leste/oeste e norte/sul, bem como se enfrentaram franco-alemães no norte e anglo-

italianos na área do Mar Vermelho.

• Dentro do princípio da *lei natural do espaço vital*, segundo a qual *quem não crescesse deveria resignar-se à decadência*, a Alemanha e a Itália entraram na corrida colonialista. Berlim enfrentou Paris no Marrocos, enquanto Roma desafiava Londres na Somália-Abissínia (atual Etiópia). Caberia ao *lebensraum* desencadear intensa corrida armamentista, que, sem resultado prático, a Conferência de Haia (1899) procurou sustar, com a Alemanha e a Inglaterra se recusando a acatar.

• Em nome do princípio *religioso cristão*, áreas de civilização ocidental iriam anular o poder dos chefes tribais locais. Mas, no lugar desses, iriam surgir os *desarraigados* que, egressos de suas tribos, se ocidentalizaram nas respectivas metrópoles européias. Estes, posteriormente transformados em líderes, conseguiram dar a independência a países onde a nação não havia sido implantada.

Concluindo-se, a abertura do Canal de Suez (1869) traria para a África um

alento geopolítico, iniciando-se o comércio mundial com a costa oriental<sup>2</sup> africana, realizando-se, subsequentemente a ativa penetração para o interior. Descobriram-se recursos potenciais, levando a África, da exploração científica, para a exploração utilitária. O século XIX levava a África para a fase febril da colonização, enquanto o continente entrava no século XX com apenas dois países nominalmente independentes — a Abissínia, atual Etiópia, e a Libéria, república de escravos libertos dos Estados Unidos.

### EUROPEIZAÇÃO

A Primeira Guerra Mundial teria profunda repercussão na África, pois seu território ao norte, hoje caracterizadamente islâmico, encontrava-se nominalmente sob soberania do Império Otomano, que, lutando ao lado da Alemanha, iria se

<sup>2</sup> No período das grandes navegações da Era Moderna, a ocupação se manteve praticamente restrita ao litoral atlântico, rota natural para as especiarias das Índias ou da Ásia. Foi a fase da colonização periférica que manteve o *hinterland* africano cobijado, porém desconhecido, pelas injunções da Revolução Comercial.

desagregar. Esfacelava-se o Império Otomano, enquanto o *Tratado de Versalhes* (1919) excluía a Alemanha do continente africano, inaugurando-se o *Sistema de Mandatos* pela Liga das Nações, que entregava suas colônias à administração política e econômica da França, Inglaterra, Portugal e Bélgica. As duas primeiras, ainda na categoria de potências dentro de bipolaridade, seriam as mais beneficiadas, já que Portugal ficava apenas com o insignificante *triângulo de Kionga*, hoje integrado a Moçambique. Impunha-se, nesse processo de europeização, a rivalidade franco-britânica, entrando o continente africano para o jogo geopolítico do confronto.

É que a partilha do continente realizada no século XIX, sobretudo em sua parte subsaariana, mostrara, desde logo, as tendências do Governo de Paris em instalar uma faixa geoestratégica contínua de território numa linha leste/oeste do Atlântico ao Índico, partindo de sua África Ocidental até a Grande Somália, onde se havia instalado no pequeno território de Djibuti, no Mar

Vermelho. Por sua vez, o Governo de Londres, impedindo que Portugal pusesse em prática o seu *mapa cor-de-rosa* de ligação Angola/Moçambique, se propunha a ligar Cabo a Cairo, numa faixa contínua norte-sul, intento retardado pela Alemanha que, além de conseguir o Togo e o Camarões (1885), o Sudoeste Alemão, atual Namíbia (1896), se instalara na África Oriental (1889).

Impedida a conexão, tratava a Inglaterra de implementá-la, não no sentido de Cecil Rhodes (sul-norte), mas na diretriz norte-sul. Por isso, em 1899, no ano anterior à ocupação da África Oriental pelos alemães, sabendo o Governo de Londres que o francês Marchand ocupara Fachoda, no Sudão, pondo as populações vizinhas sob proteção de seu país, o inglês Kitchener foi enfrentá-lo com suas canhoneiras, subindo o Rio Nilo. O fato ia gerando um conflito mas, em seguida às negociações diplomáticas, a França recuou.

Animada, assim que se iniciou a Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra prosseguiu sua política de união Cabo/Cairo, intervindo no

Egito, então sob soberania nominal do Império Otomano, impondo-lhe seu protetorado, reforçando seu domínio sobre o Canal de Suez, e transformando o Sudão num condomínio anglo-egípcio. Ficava sob tutela da Inglaterra toda a Bacia do Nilo, enquanto a derrocada da Alemanha, com a perda da África Oriental, a levaria, embora por pouco tempo, à união Cabo/Cairo.

É que a Primeira Guerra Mundial se limitaria a uma redistribuição na África. Durante o conflito, contingentes africanos, tanto como militares ou como trabalhadores individuais, haviam servido na Europa. Daí voltaram, em 1918, para seus respectivos territórios africanos com novas idéias, experiências e, no bojo, reivindicações políticas, provocando-se um renascer geopolítico, sobretudo no norte da África, onde o contato com a Europa fora ainda maior, quer pela proximidade, quer pela importância adquirida pelo Canal de Suez. Justifica-se, dessa forma, ter sido o Egito o iniciador do movimento anticolonialista, conseguindo que a Inglaterra lhe concedesse a independência,

embora nominal, em 1922, mantendo-se sob seu controle o Canal de Suez e o condomínio do Sudão.

O Sudão não poderia ser dispensado, pelo importante posicionamento, como elo de ligação entre o Mediterrâneo e a Cornucópia Africana, onde a Inglaterra iria ser ameaçada pelo expansionismo de Mussolini. A Itália, ocupando parte da Somália, invadia, em 1936, a Eritreia e a Abissínia, levando Négus Hailê Selassié a refugiar-se na Inglaterra, até o término da Segunda Guerra Mundial, enquanto Vitor Emanuel II era proclamado rei na região.

Com essa política de agressão, começam a se desfazer as alianças na Europa. A *entente cordiale*, ligando a Rússia, França, Inglaterra e Itália se desfaz, encaminhando o mundo para a Segunda Guerra Mundial que, uma vez terminada, iria consolidar o movimento de descolonização da África, já apoiada pelas superpotências URSS e Estados Unidos, e com a Inglaterra, França e Bélgica, sem outra alternativa, julgando conveniente tomarem a iniciativa.

A primeira fase da descolonização é marcada pela

Conferência de Brazzaville (1944), antes mesmo da assinatura da paz na Europa. Na capital do Congo Francês, os governadores das colônias francesas para acertarem a reforma das instituições tradicionais, visando a orientar a evolução das estruturas africanas abaladas pela guerra, concediam aos nativos acesso mais rápido às responsabilidades políticas. Eis aí, pois, a origem da Constituição de 1946 do governo De Gaulle, criando a União Francesa, procurando imitar o *Commonwealth* Britânico, que mantinha a ex-colônia que se tornava independente em laço de União com a Coroa da Inglaterra.

Observando-se que tanto a União como o *Commonwealth* se constituíram, na prática, num paliativo, por meio do qual as duas potências da época procuraram se manter, ainda por algum tempo, no jogo da bipolaridade mundial, que já se passava para os Estados Unidos e a URSS. Paliativo que contrastava com a atitude da Bélgica, cujo Rei Balduino ia, em junho de 1960, pessoalmente, até Leopoldville (atual Kinshasa), para dar a independência ao Estado do

Congo, depois Zaire, voltando, em 1997, a ser República Democrática do Congo. Paliativo também tentado pelo Governo de Lisboa que, em 1933, tratara de promulgar a *Ata Colonial*, transformando Portugal em uma nação unitária, embora geograficamente dispersa, e cujas partes dispersas, em 1951, passavam a ser denominadas *Província Ultramarinas*.

Comparativamente, observa-se que a América após descoberta foi conquistada, ocupada e colonizada, mantendo-se cerca de três séculos em sua fase colonial essencialmente européia. No momento da independência, a elite se apresentava culturalmente metropolitana com língua, religião e costumes europeus. Conseqüentemente, mesmo depois de independente, a América manteve a civilização européia. Já a África, contornada pelos navegadores da área moderna, praticamente só em fins do século XIX, ao ser banido o sistema colonial do continente americano, teria a sua ocupação concretizada, após a partilha acordada pelo Congresso de Berlim. Não contou, assim, com tempo suficiente para uma colonização européia

mais efetiva — o tribalismo africano se manteve, não sendo suplantado ou sofrido a miscigenação da cultura européia. Ao contrário do que ocorre na América, os europeus não criaram raízes na África, sendo de lá expulsos com a independência — a não ser os bôeres, considerada a única tribo branca africana, descendente renegada dos holandeses.<sup>3</sup>

Conseqüentemente, quando após pouco mais de um século de colonização, se impunha a hora prematura da independência africana, caberia não aos descendentes de europeus lá nascidos, e sim aos negros nativos, se levantarem para conquistá-la. Nativos que expulsaram os europeus, o que não ocorreu na América, muito embora os líderes africanos tenham recorrido à ideologia dos ocidentais da livre determinação dos povos. O ódio ao coloni-

<sup>3</sup> Assim se consideram desde 1815, quando, no Congresso de Viena, a Holanda, para receber a Bélgica, território contíguo ao seu na Europa, entregava, sem prévia consulta, seus patrcios estabelecidos na África do Sul aos ingleses. A partir de então, ao *apartheismo* negro tribal, juntar-se-ia o do branco entre bôeres e ingleses.

zador europeu branco foi característico, sobretudo ao português, o último a abandonar seus redutos coloniais, cabendo bem aqui, o vaticínio feito, em novembro de 1963, por J. M. da Silva Cunha, então Secretário de Estado da Administração Ultramarina: *se nos retirássemos da África, daí nada resultaria para a melhoria da situação e para a resolução de crise, pois nenhum de seus problemas fundamentais ficaria resolvido, ou resolveria sequer começo de solução. Pelo contrário, todos se agravariam, pois à nossa retirada inevitavelmente se seguiria o alastramento da desordem.*

A realidade é que, renegando o passado colonizador, os países africanos não encontraram, no seu passado tribal, nas suas crenças e nos costumes tradicionais, os elementos necessários para adotar, de um momento para o outro, as instituições ditadas pela ideologia europeia, herdeira das civilizações clássicas e da paciente evolução feudal-medieval. Por isso, é compreensível que uns poucos líderes negros como, Senghor, do Senegal, Houphouët-Boigny, da Costa da Marfim, e Nkrumah, de

Gana, tenham procurado manter contato com as respectivas metrópoles, por desejarem continuar seguindo-lhes os ensinamentos. O desaparecimento desses líderes levaria esses países à instabilidade, pois são golpes e contragolpes os processos políticos que vêm caracterizando a África desde a independência, o que classifica os países aí instalados como *democracias de fachada*.

### NACIONALISMO OU TRIBALISMO

A configuração contemporânea dos Estados é diferente da do passado e será diversa da do futuro, já que os limites internacionais transformaram-se na ação manifesta dos desajustados, sobretudo em se tratando da África Subsaariana. Desajustes que começaram desde a *Conferência de Berlim*, quando a Europa, para reparti-la, pensou muito mais no seu equilíbrio geopolítico do que nas realidades étnicas, lingüísticas e culturais locais. Juntando-se, a isso, os conchavos após a Primeira Guerra Mundial na divisão dos despojos da Alemanha, e nos arranjos feitos após a Segunda Guerra Mundial, ao se criarem ex-

*pedientes da História*, com países independentes na mais completa dependência, sem o devido teor da nacionalidade, por serem caracterizadamente tribalistas.

Países reconhecidos pela ONU sem serem nações, cuja autoridade, não raro, terminava, e ainda termina, nas imediações da capital, pois nos interiores as pessoas continuam a se identificar pela região, família ou tribo.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a formação do Eixo Leste/Oeste, o imaturo processo geoistórico transformaria a África em um continente geopoliticamente inseguro e geoestrategicamente vulnerável. Vertiginosamente descolonizada, a África entrava na fase da *Guerra Tépidia*, transformada na arena da URSS e dos Estados Unidos, observando-se que a maioria dos países subsaarianos mudaram, simplesmente, da dependência de suas metrópoles para a interdependência das superpotências.

Na década dos 80, o Instituto de Estudos Estratégicos de Londres mostrava que, só na África Subsaariana, o Kremlim mantinha 41.680 militares e 3.225 conselheiros econômicos.

Por sua vez, a assistência dos Estados Unidos aí, era de 362 bilhões de dólares, sendo um quinto de natureza militar, assistência dirigida, sobretudo, para as chamadas *nações secas* ao sul do Saara e a Cornucópia Africana que, em termos geoestratégicos eram vitais para o Ocidente.

Era a política de contenção de que se valiam os Estados Unidos, em face dos sempre crescentes sucessos da Doutrina Gorshkov de envolvimento pelo sul, via África, do Ocidente reunido pela OTAN. A URSS ameaçava estrangular o bastião ocidental formado pela África do Sul, com base de apoio em Angola-Moçambique, num fechamento de rotas que se estendia à base de Novozarevskaia, na Antártica, o ponto vulnerável da passagem do Cabo, por onde transitava o petróleo que abastecia o Mundo Ocidental. Por isso, esse Mundo Ocidental capitaneado pelos Estados Unidos, passava a se apoiar na linha do Mar Vermelho, também vital para o escoadouro do *ouro negro*.

Finda a Guerra Fria, a realidade africana, longe do contexto Oriente/Ocidente, continua mergulhada no subdesenvolvimento eco-

nômico e social, com países governados por regimes que, em mãos de pequena elite burocrática ou militar superprivilegiada, continua contribuindo para a pobreza e o analfabetismo de seu povo.

Conseqüentemente, o atual contexto geopolítico africano nada tem a ver com a realidade étnica ou cultural, pois representa, na prática, um subproduto do período colonial. Daí as fronteiras políticas, numa adequação à realidade, só servirem para fragmentar ou reunir diferentes grupos, tribos ou regiões culturais, refletindo uma independência que criou países sem serem nações, formando Estados nascidos, na maioria das vezes, para assegurar o predomínio de uma tribo sobre a outra.

Um exame da História sobre o mapa dessa África Subsaariana demonstra quão utópico é o que se convençiona chamar de governos da maioria, quando é o caráter multirracial das tribos que continua a implantar o Poder Executivo. Como acreditar na existência do multipartidarismo, quando o que vigora é a presença de uma tribo à espreita da oportunidade para liquidar a outra inimiga ancestral no poder?

Como crer numa democracia representativa, em que o direito de propriedade é, na maior parte das regiões sub-saarianas, entendido como uma prerrogativa comunal, e não-individual?

Os governos coloniais trouxeram poucas vantagens à maioria dos países africanos, ressaltando-se, no entanto, a considerável paz civil, hoje praticamente inexistente. Durante o processo de independência, a idéia de igualdade era sempre a mais divulgada, para experimentar novas formas de organizar a sociedade. Difundia-se os benefícios do *socialismo científico* para países praticamente subdesenvolvidos, com população ocupada na agricultura de subsistência. Ainda mais a força do tribalismo se fez sentir, mostrando que terão que transcorrer várias gerações para que o compromisso com qualquer ideologia se torne mais importante do que a ligação com a família, o clã ou a tribo.

Aparentemente adormecidas durante a fase colonial, as rivalidades tribais despertaram com a *Guerra de Biafra*, na Nigéria, e a do *Katanga*, do Zaire, citando-se os exemplos mais sangrentos. Ao lado do sepa-

***O tribalismo mascarou sempre o nacionalismo, transformando a África no mais balcanizado dos continentes. (...) Com seus 680 milhões de habitantes possui 53 países, enquanto a Ásia, com 3 bilhões, conta com 33 nações e a Europa, com 794 milhões, outras 33.***

ratismo, sem fundamento nacional, o Estado tribal não adquiriu força cultural suficiente para a unificação de suas bases etnográficas mistas. Daí o número variado de enclaves chamados *batus-tans* ou *homelands* na República da África do Sul, ou então miniestados como Djibuti, Ruanda, Burundi, Gâmbia, Guiné Equatorial etc.

O slogan a *África para os africanos*, lançado por Martin Belany, não foi suficientemente forte para cimentar uniões efêmeras que chegaram a se formar, tal como o *Canadá Africano* na união Gana-Guiné, de línguas inglesa e francesa, como a RDA (*Rassemblement Democratique Africain*), na união Guiné-Mali, como a *Federação de Mali*, unindo Senegal, Benin, Sudão e Burkina Fasso etc., para não citar inúmeros outros casos também frustrados.

Concluindo, o tribalismo mascarou sempre o na-

cionalismo, transformando a África no mais *balcanizado* dos continentes, mesmo em se tratando de compará-la com o Velho Mundo do qual faz parte. Com seus 680 milhões de habitantes possui 53 países, enquanto a Ásia, com 3 bilhões, conta com 33 nações e a Europa, com 794 milhões, outras 33.

Esta *balcanização* é apontada como uma das causas para as dificuldades econômicas e sociais por que passa o continente, onde a tônica vem sendo a regressão ou estagnação, que o transforma num espaço unicamente exportador de matérias-primas. Em se tratando da África Subsaariana propriamente dita, é o setor mais pobre e subdesenvolvido do mundo, mesmo se comparados os seus desníveis com a Ásia e a América Latina.

Com o tribalismo mascarando o nacionalismo, na África Subsaariana onde vivem vários povos, não

existe nenhum grande Estado, no verdadeiro sentido da palavra e, mesmo antes da chegada do europeu, era efêmera a duração de um grande reino autóctone, em face de sua escassa coesão, exemplificando-se com os casos dos Reinos de Sokoto e Uganda. Fato também justificado, porque, em lugar da expansão pela conquista, observa-se que foi uma constante na África o sistema da agregação. Por meio desta, um determinado soberano enviava seu grupo de guerreiros para a conquista de determinada região; não tendo sucesso a campanha, os atacantes se estabeleciam e se miscigenavam com os que haviam pretendido subjugar. É desse modo que se explica o estabelecimento dos *fulbes* no Baixo Niger.

Por outro lado, embora devastassem grandes áreas, as tribos africanas não tinham capacidade para mantê-las em seu poder. Assim, quando da chegada dos europeus, afirmava Ratzel, em sua *Antropogeografia*, que a Basutolândia, com 30.000km<sup>2</sup> e a Zululândia, com 22.000km<sup>2</sup> reduzir-se-iam ainda mais, não fosse a intervenção dos brancos.

A sociedade tribal, naturalmente guerreira, instalada nos países herdados dos colonizadores, fez os exércitos deles recebidos sobreviverem, crescerem e até prosperarem durante a Guerra Fria, quando chegavam, das potências contendedoras, os mais sofisticados armamentos. Assim, os militares passaram a fazer parte de uma elite privilegiada destinada a, dentro do tribalismo, servir a grupos denominados Partidos. Assim, a maioria desses exércitos, cujo profissionalismo se perdeu, pelo fato de nunca haver montado ou combatido uma invasão, conseguiu a independência, se tribalizaram, passando a ser empregados, pelos grupos rivais, dentro dos próprios países, já com seus membros na categoria de guerrilheiros.

Observe-se que, na década de 60, quando a maioria dos países da África Subsaariana se tornava independente, eram, via de regra, civis os seus governantes. Depostos ou então assassinados, já na década seguinte, os militares passavam a dominar. E a razão para essa ascendência se encontra no fato de a força contínua ter passado a ser o

mecanismo para se conseguir alguma mudança na África tribal. Em consequência, os tanques de guerra parecem ser cada vez mais comuns para a chegada ao poder de governantes uniformizados. Governantes esses que impõem obediência e rígidas cadeias de comando, em *democracias* que se perpetuam, até que outro golpe militar as venha interromper.

Outro fato ainda que justifica o governante africano ser oriundo das Forças Armadas é o de que a carreira militar se constitui numa das poucas possibilidades de emprego fixo. E, embora a tomada de poder venha sendo um exercício relativamente fácil para os militares, nem sempre têm eles demonstrado habilidade para combater os males crônicos — corrupção, seca, fome, analfabetismo, epidemias, má administração das finanças, como também, na aplicação de recursos.

Procurando pôr um fim a essa instabilidade no continente africano, os países ricos intentam levar os países pobres a adotar o multipartidarismo. Dentro de mais um princípio utópico, desejam os ricos, e para tal condicionam suas respec-

tivas ajudas econômicas, que, com a derrocada dos regimes comunistas, a democracia seja adotada. O querer em questão não significa poder, se atentarmos para fatos constantes do documento intitulado *Cenários da Crise na África*, escrito por Michel Lévêque, diretor para esse continente da diplomacia francesa. Revela, por exemplo, que procurando acatar a recomendação do Presidente François Mitterrand, em 1990, para a maior moralidade entre *caciques* africanos, Mobuto, que se perpetuou no governo do Zaire de 1960 até 1993, vinha procurando aderir ao multipartidarismo, criando partidos atrelados a ele pela corrupção. A ditadura foi substituída por outra, em maio de 1997, com Laurent Kabila se auto-proclamando presidente. Por sua vez, o Gabão se propunha a tolerar a coexistência de outros partidos, desde que os resultados das eleições fossem controlados pelo governo, inventando, por isso, eleições legislativas em três turnos. O recém-falecido Felix Houphouët-Boigny, líder da independência na Costa do Marfim, lutou pelo seu sétimo mandato disputando, pela pri-

meira vez, com concorrentes, mas só anunciou as eleições um mês antes de elas ocorrerem. Sua fama como intelectual amigo do Ocidente tornou-se internacional e, muito embora não tenha conseguido livrar o seu país do subdesenvolvimento, mandou construir, na então futura capital Yamoussoukro, interiorizada como Brasília, uma basílica milionária, cuja cúpula é maior que a de São Pedro em Roma.

Outro exemplo pode ser dado pelo Benin, considerado por alguns como uma democracia pluralista por ter, nas eleições em 24 de março de 1991, seu antigo ditador Mathiew Kerekou sido derrotado pelo chamado homem da situação, Nicéphou Soglo. O novo governante, no entanto, já caracterizado como adepto do nepotismo, tem contra si 21 organizações políticas posicionadas numa guerrilha parlamentar contra a presidência. Para que se moralizasse a vida pública, o mandatário do país seria interpelado, em março de 1992, numa Carta Pastoral, por sacerdotes, tendo à frente o *bresilien* Monseñor Isidoro de Souza.

Reivindicações atingiram também o governo militar do Togo, representado pela tribo dos kabué, contestada pelas demais que estão fora do poder. Estas, em 1991, fizeram greves e manifestações em favor do pluralismo no episódio histórico que, para lembrar a virada para a democracia na Cortina de Ferro, ficaria conhecido pela pomposa designação da *primavera de todas as liberdades*.

Inúmeros outros exemplos como esses, caracterizam a imaturidade tribal como uma constante, mostrando que o pluripartidarismo pretendido só será realidade quando os países da África Subsaariana passarem a fazer parte do quadro histórico propriamente dito. Como nenhum país dessa África Negra está imune às guerras tribais, o namoro com o pluripartidarismo, encontra-se longe do casamento, sendo mesmo perigoso apontar-se como exceção a própria Nigéria, o país das diversidades geográficas e religiosas representadas pelos *haussás* no norte, os *ibos* no leste e os *iorubas* no oeste. Governada pelo General Ibrahim Babangida desde 1985, para que o

país fosse às urnas, em junho de 1993, após três sucessivos adiamentos, era implantado o bipartidarismo como plataforma de centro direita e centro esquerda. Apesar das manobras em contrário, Babangida deixou o poder para o vencedor da centro esquerda, Moshood Abiola, Ioruba, adepto de Maomé, que afastou os *haussás* do governo. Em junho de 1993, a Alta Corte de Abuja, a nova capital interiorizada, acata o pedido de uma organização civil ligada a Babangida para permanência dos militares no poder até 1997. Passava então o país a ser chefiado pelo General Sani Abacha, morto repentinamente em 1998.

O tribalismo em sua plenitude é fator positivo para a imposição do *neocolonialismo mascarado* nessa África que, pela rapidez de sua revolução geopolítica, não conheceu ainda o estágio da adolescência. Esta, se já tivesse ocorrido, haveria de lhe proporcionar um pouco mais da indispensável experiência política, atributo para a verdadeira independência. Em consequência, a vulnerabilidade da África vem sendo sobremodo fácil

aos regimes imprevisíveis instalados nas mais diversas regiões. São regimes embutidos por conceitos falsos de ideologia que mudam da noite para o dia, guiados por pseudo líderes que, como Nelson Mandela, por exemplo, falam em nome de um país — a República da África do Sul, definida pela Rainha Vitória como uma colcha de retalhos, tal é o seu caráter tribal. Nesse mosaico étnico, ao lado da chamada minoria branca dos descendentes de colonizadores holandeses, que se denominam *afrikaners* e ingleses, a maioria negra é minoria, pela divisão em tribos rivais. Os quistos geopolíticos oficialmente formados, embora sem o beneplácito da ONU — *Transkey* (1977) e *Bofuthatswana* (1978), conhecidos como *batustans* ou *homelands* — surgiram para abrigar tribos negras aparentadas.

Embora essas *reservas tribais* estejam sendo desativadas com a eleição de Mandela, em 1994, nessa colcha de retalhos subsistem ainda três enclaves, dois dos quais macroestados sem vida própria, mesmo o maior de todos, Botswana, com área correspondente à do estado da Bahia, é impro-

***Os grandes impérios ultramarinos europeus se desfizeram, deixando em seus lugares autênticos países de papelão, sem a necessária cola da nacionalidade. Daí os conflitos tribais, refletidos na instabilidade política ou secessionismo, que vêm caracterizando a África Subsaariana.***

vável, pois são, em quase toda a sua totalidade, ocupados pelo *Deserto do Kalahari*, além de não possuir litoral. Igualmente improváveis são o *Ngwane*, na fronteira com Moçambique dependente desse país para a exportação de sua riqueza mineral, via ferrovia que vai até Goba, e o *Lesoto*, que subsiste graças ao trabalho nas minas do *Rand*.

Conclui-se assim, que os grandes impérios ultramarinos europeus se desfizeram, deixando em seus lugares autênticos *países de papelão*, sem a necessária *cola da nacionalidade*. Daí os conflitos tribais, refletidos na instabilidade política ou secessionismo, que vêm caracterizando a África Subsaariana.

Mesmo nos países considerados prováveis, por serem um pouco mais estáveis, a falta de identidade se reflete no fato de que os governos só exercem seu poder na capital ou, quando

muito, em suas imediações — falta de identidade, que serve por outro lado, de ajuda para fortalecer governos no poder. O Quênia exemplifica o caso. Nela, o Presidente Daniel Arap Moi, constrangido em 1991 a adotar o pluripartidarismo, valeu-se de conflitos grupais. As violências ocorridas entre os *kalenjin*, *luo*, *luhya* e *kiky*, serviram para derrotar a oposição e legitimar Moi no governo, por intermédio do KANU (União Nacional Africana de Quênia), sob a alegação de que tribalismo não compactua com pluripartidarismo que o FORD (Fórum pela Restauração da Democracia), minado internamente por facções, pretendia impor.

O poder controlado pelo tribalismo mostra-se, no dizer de seus detentores, pronto para tolerar o pluripartidarismo, mas só para acalmar populações cujas condições de vida continuam cada vez piores como, por

*Os novos agentes da bipolaridade são apontados como representantes das nações credoras do Norte, impondo às do Sul um estatuto neocolonialista, que só faz causar instabilidade política e desequilíbrio econômico.*

exemplo, na República Centro-Africana.<sup>4</sup> Podem os ditadores até mesmo organizar eleições, desde que os resultados sejam por eles controlados — atitude ultraconservadora, que se atém a práticas governamentais clientelistas, de preferência étnicas, e de corrupção. Atitude ultraconservadora, pois nada disso é novo na África. A luta tribal é muito antiga e até alimentou o tráfico de escravos. Do século VIII ao IX, esse comércio foi intenso com os árabes na costa do Índico, chegando ao seu ápice no século XVI, no Atlântico, com os europeus. Assim, a África Negra teve que se repartir geopoliticamente

com árabes e europeus, dentro do conflito que a caracteriza ainda hoje.

A África de hoje está politicamente independente, assim o reconhece a ONU. Saiu da *Guerra Fria* para entrar na *Guerra Tépidia*, cabendo, pois, resposta a quatro perguntas. Poderão esses países resolverem sozinhos os seus problemas? Como poderão controlar os separatismos? Quando se verão livres do tribalismo? De que modo porão fim às instabilidades?

Conclui-se, pois, dizendo que as superpotências do Eixo Leste/Oeste foram substituídas hoje por outra bipolaridade de um Eixo Norte/Sul, representada pelo FMI/Banco Mundial. Desvalorizando a moeda ou suprimindo, por exemplo, o placar de cotações fixas do milho, transforma-se o Banco Mundial, para alguns, numa espécie de polvo sentado sobre a África, sugando-a até secar. Os novos agentes da bipolaridade são

apontados como representantes das nações credoras do Norte impondo às do Sul um estatuto neocolonialista, que só faz causar instabilidade política e desequilíbrio econômico. Impondo, por exemplo, a redução da folha de pagamento do serviço público, pode diminuir o paternalismo, mas cria o desemprego. A redução dos subsídios e o afrouxamento do controle de preços vai gerar o descontentamento nos centros urbanos superpovoados, enquanto a cobrança pelos serviços médicos, antes gratuitos, significa que as populações pobres não os poderão mais utilizar.

Na África tudo está para ser feito. E, se os historiadores clássicos da Antiguidade Histórica vivessem, veriam quão certos estavam ao vaticinarem: *da África surge sempre algo novo.*

## REGIONALIZAÇÃO GEOPOLÍTICA

Ao sul do Saara se localiza a África Negra ou Subsaariana, cujos problemas cruciais estão hoje bem mais ligados a uma geopolítica interna ou seja, uma diretriz puntiforme e não mais difundida, como nos

<sup>4</sup> Esse país, sem litoral, isolado no interior africano, teve em Bokassa um imperador coroado, que, como tirano, pretendeu imitar a Corte de Napoleão Bonaparte. O Ogre de Berengo, nome do palácio que habitava na região de Lobaye, foi deposto. Mas vive hoje no país, e, desde 1983, sob o controle da tribo de Kolingba. Foi deposto, mas viveu no país até novembro de 1996, quando faleceu.

períodos coloniais e de Guerra Fria.

Em se tratando de uma regionalização geopolítica, para melhor compreendê-la, há três áreas de transição — Mauritânia e Sudão, bem mais islamizados do que cristãos e fetichistas, e Madagascar, caracterizadas por seu isolamento insular, se superpondo a cinco regiões, regiões bem mais geopolíticas do que naturais, que serão apreciados nos subitens a seguir.

### África Ocidental

Com uma área total de 7.900.000km<sup>2</sup>, menor que a do Brasil, e cerca de 200 milhões de habitantes, a África Ocidental, entre o Saara e o Golfo de Guiné reúne 15 países, que têm, na Nigéria, o mais populoso da área. Essa área, que do litoral e em semicírculo junto com o Níger e o Mali, envolve as pequenas unidades geopolíticas. Constitui-se na zona de embate entre o fronte da islamização, que põe a Mauritânia<sup>5</sup> numa zona de transição, com o cristianismo, eficaz na im-

plantação do domínio europeu.

Por seu posicionamento no Atlântico transformou-se, a partir do século XV, em zona de ativo contato entre brancos europeus e negreiros africanos, como Samory Touré, no Alto Níger, e Rabat, entre o Nilo e Lagos, controladores de vastos espaços, transformados nos sobas ou régulos, vendedores de braços escravos para a colonização da América. Todo o contato se fazia pelos portos, que, posteriormente, viriam a se transformar nas capitais dos

PAÍS	CAPITAL	ÁREA (km <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO (Est. 1992)
Benin	Porto Novo	112.622	5.000.000
Burkina Fasso	Uagadugu	264.200	9.000.000
Cabo Verde	Praia	4.030	370.000
Costa do Marfim	Yamoussoukro	322.000	12.000.000
Gâmbia	Banjul	11.300	800.000
Gana	Acra	238.500	15.000.000
Guiné	Conacri	245.860	7.000.000
Guiné-Bissau	Bissau	36.120	1.000.000
Libéria	Monróvia	111.400	2.500.000
Mali	Bamako	1.240.000	9.000.000
Níger	Niamey	65.037	2.400.000
Nigéria	Abuja	982.000	88.500.000
Senegal	Dacar	196.200	7.500.000
Serra Leoa	Freetown	71.740	4.000.000
Togo	Lomé	56.000	3.500.000

Fonte: *Dictionaire de Géopolitique*, Paris, 1993

<sup>5</sup> Mauritânia, criação artificial nascida da colonização francesa, tem 1.030.700km<sup>2</sup> e capital em Nuakchott. Seus 2 milhões de habitantes são árabes e bérberes de credo islâmico, dominando minoria negra repartida entre as tribos dos *halpular* e *sarakolé*.

países aí surgidos. Para anular essa imagem de dependência colonial por um lado e, a exemplo de Brasília do outro, dois países locais.

a Nigéria e a Costa do Marfim, interiorizaram suas capitais, respectivamente, para Abuja e Yamoussoukro.

É na África Ocidental que se concentra a maior aproximação geostórica com o Brasil, fazendo com que o governo Médiçi iniciasse por aí, em 1972, as nossas diretrizes difusoras em direção ao continente. Daí partiram os maiores contingentes de negros escravos que auxiliaram na colonização do Brasil, cujos descendentes para lá voltaram, formando a elite dos *brazilians* ou *brésiliens*. O retorno ocorreu no século XIX, no momento em que a África entrava na sua fase de colonização propriamente dita. Disso nos dá notícia o geógrafo francês E. Réclus, em *Nouvelle Géographie Univeselle - L'Afrique Occidentale*, mostrando que, por ocasião das medidas parciais abolicionistas, centenas de descendentes de negros, escravos do Brasil, *se aproveitaram delas para regressar à mãe-pátria onde se entregaram ao comércio, seja como intermediários, seja como importadores. Fazem proveitosa concorrência aos negociantes europeus e, por suas alianças de família com indí-*

*genas, adquirem um predomínio numérico cada vez maior sobre todos os estrangeiros.* Coincidência ou não, talvez até por influência dos *brésiliens* e *brazilians*, vários países adotavam, como cores de suas bandeiras, o nosso verde e amarelo (Benin, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Mali, Senegal e Togo). Essa colonização negra ou mestiça brasileira se fez sem a intervenção de um Estado colonialista. Ela foi, sobretudo, bem mais voluntária e natural do que a colonização negro-estadunidense na Libéria.

No século XIX, quando começaram nos Estados Unidos os movimentos pró-abolição da escravatura, pensou-se em fundar, na África, uma pátria para o escravo liberto. Em 1821, mediante acordo com chefes nativos, a *Sociedade Americana de Colonização*, organização filantrópica, se instalou no Cabo Mesurado (nome dado pelo português Pedro de Cintra, em 1441), onde atualmente se encontra Monróvia. Em 1822, chegaram os primeiros negros repatriados dos Estados Unidos pelo branco Jehudin Ashmun, o fundador da Libéria, cuja independência propriamente dita só seria

proclamada em 1847. A partir daí, tem início o declínio desse país, espécie de *vazadouro* de negros repatriados, que se autodenominam américo-liberianos, voltando o desenvolvimento quando foi feito o acordo com a Firestone dos Estados Unidos, que lá começou, no início do século XX, a plantação de seringais.

Atualmente, a borracha se constitui na principal exportação da Libéria, país comandado por 35 tribos de descendentes dos negros repatriados, dominando 26 grupos tribais, dentre os quais os *mandingas*,<sup>6</sup> cuja identidade cultural e prestígio se encontra no passado histórico, como descendentes de *Sundiata Keita* do lendário Império Mali.

As famílias américo-liberianas formam pequena elite fechada que, na prática, ainda hipotecam lealdade à bandeira dos Estados Unidos, têm no dólar a moeda corrente e, no capitalismo, o sistema econômico. Até a

<sup>6</sup> Vieram também elementos desse grupo para o Brasil, onde o termo *mandinga* significa feitiço, pois esses negros, embora miscigenados com bérberes e etíopes de influência maometana, mantiveram num sincretismo o seu fetichismo.

década de 80, usavam colarinho duro e casaca em todas as cerimônias oficiais. Os uniformes de seus policiais, copiados da polícia novaiorquina, possuem brachadeiras com estrelas e listras, bem como chapéu de abas largas das tropas estaduais. Eles saíram das senzalas e se instalaram nas casas-grandes, na opinião de Ben Watfore,<sup>7</sup> professor em 1970, por um ano, na Monróvia — *os negros da Libéria estão onde estavam em 1865. Querem ser americanos e brancos, pois um dos artigos de maior consumo é o creme embranquecedor*. Chocado com o que viu, aponta o tribalismo local e classifica a Libéria como o país onde netos de escravos oprimem os nativos, muito embora a Libéria tenha sido o primeiro país da África Negra a ocupar uma cadeira na ONU e a liderar o movimento que resultou na formação da OUA (Organização da Unidade Africana), em 1963.

Como a maioria dos países africanos, a antiga Costa da Pimenta, produtora, no passado, da malagueta, não fugiu à insta-

bilidade, sobretudo a partir da década de 80. Assim, a guerra civil na Libéria, além do intenso morticínio, provocou a intervenção da Comunidade Econômica dos Estados da África (1990). Não conseguindo que fosse respeitado o acordo do cessar-fogo pelos três grupos armados, a própria intervenção da ONU não chegou a reduzir os combates. Nesse setor esfacelado geopoliticamente, a Serra Leoa, também fundada por escravos libertos, é dos países mais pobres do mundo, instalado em território que concentra ricas reservas diamantíferas. Não fugindo ao caos do tribalismo, sua história política vem se caracterizando por golpes e contra-golpes, impondo ao país, sobretudo desde 1992, a mais variada gama de diretrizes.

A *balcanização* da África Ocidental, por um lado, e a intercomunicação com o Brasil e os Estados Unidos, por outro, suscitaria o Pan-Africanismo, que teve em Kwane Nkrumah um dos líderes carismáticos e mentor da independência de Gana. No entanto, o tribalismo também falou mais alto, fazendo com que as várias tentativas de reagrupamento regional viessem a

falhar após a independência, mesmo diante de Leopold Senghor, um dos paladinos do chamado *socialismo africano*.

Os *expedientes da História*, aí surgidos por obra do colonizador europeu, vêm também se enfrentando nas questões de fronteiras, sempre prontas a promover confrontos — Burkina Fasso/Mali; delimitação litorânea entre o Senegal/Guiné-Bissau.

Visto no mapa, o Senegal destaca logo o embate geopolítico, pelo litoral alternado com a presença do enclave da Gâmbia, sobrevivendo esta da plantação de amendoins e, mais recentemente, pela procura de turistas negros dos Estados Unidos, para visitarem a aldeia de *Jufure*, desde que Alex Halley escreveu *Raízes*, localizando aí seus ancestrais, que aparecem nas primeiras páginas do livro.

A Guiné-Bissau, contornada e cobiçada por países francófonos, viu-se ultimamente tentada a abandonar o idioma português de seus colonizadores. Sua única aproximação com a língua se faz com Cabo Verde, república instalada num arquipélago em pleno Atlântico, composto por ilhas vulcâ-

<sup>7</sup> *O Globo*, 27 de abril de 1980.

nicas. Esse miniestado insular, menor que o Estado do Rio de Janeiro, se estrutura em uma população composta por 2/3 de animistas, ou superficialmente cristianizados, e 1/3 de islami- zados. Os *balantas* formam a tribo mais numerosa (30%) à qual se liga a família

É, porém, na Nigéria, onde o termo brasileiro é sinônimo de *católico* e Lagos topônimo que se mantém no idioma português, que se nota a maior aproximação com o Brasil, a despeito da britanização do *Silva* para *Silver* e do *Augusto* para *Agusto*. É o

desempenhar o papel de irmão maior, ou guia do subcontinente negro, dentro do chamado *messianismo geopolítico*.

### África Central

Com uma área de 5.368.000km<sup>2</sup>, caracterizada pela Bacia do Congo, a

PAÍS	CAPITAL	ÁREA (km <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO (Est. 1992)
Camarões	laundé	475.000	12.000.000
República Centro-Africana	Bangui	622.980	3.000.000
Congo	Brazzaville	342.000	2.400.000
Gabão	Libreville	267.670	1.000.000
Guiné Equatorial	Malabo	28.000	400.000
S. Tomé e Príncipe	São Tomé	960	120.000
Chade	Ndjamena	1.284.000	6.000.000
República Democrática do Congo (ex-Zaire)	Kinshasa	2.345.410	35.000.000

Fonte: *Dictionaire de Géopolitique*, Paris, 1993

Cabral,<sup>8</sup> formando a força principal contra os portugueses. Não foge, na atualidade, ao tribalismo por ter, dentro de suas fronteiras, os *manjaks*, com grande influência dos *mandingas* islamizados e dos ocupantes do interior que, embora em minoria na Guiné-Bissau, retardaram a independência, por serem aliados dos portugueses.

<sup>8</sup> Amílcar, o artífice da independência nacional, assassinado um ano antes, foi substituído por Luís, seu meio-irmão e primeiro presidente do país.

país mais importante da África Ocidental e porta bem mais aberta para o Brasil que Guiné-Bissau e Cabo Verde, integrantes da Comunidade Lusófona.

Tratando-se do gigante da África Ocidental, embora menor que o Mali, tanto por sua área equivalente à do nosso Nordeste, quanto por seu efetivo populacional. Pela massa crítica (área e população), a Nigéria é apontada como um dos pólos geopolíticos do Atlântico Sul, o que a leva, como potência regional, a procurar

África Central reúne cerca de 63 milhões de pessoas em oito países, dentre os quais, pela área, população e posicionamento, tem maior destaque a República Democrática do Congo.

Aí, quando da partilha política no século XIX, por comparação com a Europa Central ou *Mitteleuropa*, pretendida pelo governo de Berlim, dentro das diretrizes geopolíticas do espaço vital ou *lebensraum*, a Alemanha definiu-a como a sua *Mittelafrica*. Tratava-se, pois, do espaço africano que

ela pretendia para obter uma faixa do Atlântico ao Índico, através das já suas colônias Camarões-Tanganica.

Para pôr fim a essas pretensões, diante das exigências da França, como potência, de um lado, e de Portugal, invocando seus direitos históricos, o Congresso de Berlim se viu na contingência de criar uma unidade-tampão no Estado Livre do Congo, entregando-o, sob tutela, ao rei dos belgas. Tal criação geopolítica-hidrográfica, referenciada pela bacia convencional do Congo, punha também um freio aos planos do governo de Paris da dorsal Congo-Brazzaville/Nilo. Tal sonho que se tornaria ainda mais utópico, com a criação dos também Estados-tampões de Ruanda e de Burundi, unidades interlacustres integradas à África Oriental. O incidente de Fachoda demoveria, em 1899, a França definitivamente da empresa.

Maior país do continente, o Zaire, nome que o Congo Belga tomou após a independência (1960), com sua floresta pouco acessível, era, na realidade, uma unidade econômica dependente — um autêntico Estado mineiro, com área que corresponde aos nossos

estados do Pará e Amazonas unidos.

Nesse país, a palavra colonialismo tomou um sentido pejorativo. Transformou-se num nacionalismo radical, que procurou até ocultar a origem européia colonizadora, trocando topônimos. Assim, sua capital Leopoldville transformava-se em Kinshasa, Stanleyville virou Kissangani, Costermansville passou a ser Bukam etc. O nacionalismo, no entanto, não livrou o país do tribalismo, não o poupando do separatismo, a despeito da unidade geográfica fazê-lo confundir-se com a Bacia do Congo, bacia cuja foz divide com Angola, através do enclave de Cabinda, que lhe sufoca sobremaneira, o já exíguo litoral que possui no Atlântico. Compartilha também a bacia central lacustre do Alberto, Eduardo, Kivu e o pequeno setor do Tanganica com países interiorizados — Uganda, Ruanda e Burundi, *expedientes da história* colonial marcada pela rivalidade européia.

Zaire é topônimo originado de *Nzadi*, corruptela do português no dialeto kikongo, significando rio que se alarga no interior. De fato, a República Democrática do

Congo se avanta no interior, envolvida no centrifugismo geopolítico, caracterizando-se potencialmente pela balcanização, quer no contexto geográfico, quer no etnográfico. Assim, o separatismo se fez sentir aí, logo após a Independência, em 1960, e se repetiu em 1978, na Província do Katanga, depois denominada Shaba, região que divide com a Zâmbia no chamado *Cooper Belt* ou *Cinturão do Cobre*, que compõe a metade dos recursos do país.

Sufocando o processo de luta sangrenta, o separatismo não está de todo descartado também no Norte-Kivu, na fronteira oriental, em região montanhosa, isolada do restante do território, por falta de comunicações terrestres, e bem mais voltada para o complexo lacustre do interior continental. O secessionismo impediu a união do antigo Zaire com Ruanda e Burundi nessa área em questão.

Chegando ao poder em 1965, o então Coronel Sesse Seko Mobuto, feito depois marechal, manteve o seu poder ditatorial nesse mosaico tribal — poder *num barco sempre à deriva*, pois, com o término da Guerra Fria e a derrocada do mar-

xismo em Angola, o país perdia o prestígio de seu posicionamento para os ocidentais, posicionamento que os levava a construir aí a *OTRAG (Orbital Transport und Rebeten Aktiengesellschaft Germany)*, espécie de base para a OTAN fazer frente à presença russa na Tanzânia e à *cubani-zação* de Angola.

Laurent Kabila, que ocupou o poder em maio de 1997 sem se livrar da guerrilha, começa a dirigir um setor africano regionalmente importante. Trata-se do maior país do continente, cuja instabilidade se reflete em outros nove que com ele fazem fronteira. Seus ricos depósitos de ouro, diamante, manganês, zinco, cobre e cobalto poderão provocá-lo o esfacelamento, em face da cobiça internacional, reflexo da política norte/sul de blocos econômicos. Poderá ser inundado por refugiados, tal como ocorreu com os *tutsis* e *hutus* de Ruanda e Burundi e de rebeldes, em particular angolanos, que acabaram por provocar a destruição da ferrovia de Benguela, o caminho mais curto entre a região mineira congoleza e o Atlântico. Por outro lado, por necessidade norte/sul

regional, sua vizinha Zâmbia e, por continuação, o Zimbábue, assolados pela seca, muito lucrariam se participassem da vasta rede de irrigação da Bacia Central lacustre, que transformaria todo esse *hinterland* em área agricultável, celeiro do continente flagelado pela fome.

Aí, nas imediações do enclave da Guiné Equatorial, ao qual também pertence a ilha de Fernando Pó, africanizada com o nome de *Bioko*, se destaca para o Brasil, pelo idioma português, a República Democrática de São Tomé e Príncipe num arquipélago vulcânico, o menor país do continente.

Esse país-arquipélago, que foi entreposto de escravos, de deportação de judeus e sentenciados às galés, tornou-se independente em 1975 sem escapar da instabilidade dos golpes e contragolpes. Após o plebiscito de 1990, aprovava o multipartidarismo por 71,9%. Elegia-se, no ano seguinte, presidente da república parlamentarista, Miguel dos Anjos da Cunha de Lisboa Trovoadá, integrando-se as duas ilhas na Comunidade Lusófona.

## África Austral

Com cerca de 6.000.000km<sup>2</sup>, esse setor do continente africano esteve, por muito tempo, isolado da África mais ao norte, pela presença da vasta floresta que se estende ao longo da linha equatorial, tal como ocorre na Amazônia sul-americana.

Aí, a colonização inicial foi portuguesa, caracteristicamente para a simples obtenção de pontos de escala na rota das Índias para seus navios no Cabo, com apoio nas costas opostas de Angola e Moçambique. Aos poucos, a empresa de navegação foi passando para os holandeses e ingleses que, ao contrário dos portugueses, se estabeleciam em sociedades locais no extremo austral africano.

Os estabelecimentos coloniais iriam atrair tribos negras vindas do norte através dos altos planaltos da África Oriental. O movimento migratório provocaria, no início do século XIX, uma série de conflitos, sobretudo com a chegada dos *ngunis*, grupo lingüístico bantu formado por subgrupos — *zulus*, *shosas* e *suazís*, estes superpostos a grupos negros autóctones tribalmente complexos, ao lado de europeus — holandeses, ingleses, alemães e

PAÍS	CAPITAL	ÁREA (km <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO (Est. 1992)
África do Sul	Pretória/Cidades do Cabo	1.221.073	40.600.000
Angola	Luanda	1.246.700	8.500.000
Botsuana	Gaborone	570.000	1.200.000
Lesoto	Maseru	30.360	1.700.000
Malawi	Lilongwe	118.000	9.400.000
Moçambique	Maputo	800.000	16.100.000
Namíbia	Windhoek	825.000	1.600.000
Suazilândia	Mbanbne	17.364	750.000
Zâmbia	Lusaka	746.000	8.400.000
Zimbábue	Harare	390.000	10.000.000

Fonte: *Dictionnaire de Géopolitique*, Paris, 1993

portugueses — que esfacelariam geopoliticamente a região. Região que, em semicírculo, do Atlântico ao Índico, indo de Angola, passando pela Namíbia e África do Sul, e chegando a Moçambique, passava, na desagregação, a contar com o número maior de enclaves do continente — Zâmbia, Botsuana, Zimbábue, Malawi e os miniestados do Lesoto e Suazilândia, todos sem saída para o mar.

O esfacelamento geopolítico ocorreu numa área que, desde os primórdios da era moderna, havia demonstrado importante posicionamento geoestratégico na bioceanidade dominada pela Passagem do Cabo. Daí haver sido palco de manobras durante o século XX no confronto da Guerra Fria, ocasião em que se destacou o bastião ocidental formado

pela República da África do Sul, cujo *apartheid* transformou-se no triunfo que o bloco comunista agitava na ONU, para vê-la desestabilizada com um governo negro — governo negro que se transformaria em mais um títere de Moscou, tal como ocorreria com Angola e Moçambique. Tal situação de confronto retardaria a independência da Namíbia que, para os ocidentais, estava bem mais segura sob a tutela da República da África do Sul e, por outro lado, concorreria para a formação dos *Países de Frente*,<sup>9</sup> contra o governo de Pretória, para a desestabilização regional.

A desestabilização e a *balcanização* coíbia o sonho de Peter Willem Botha de formar uma *constelação de Estados* nesse vasto *hinterland* de Estados-tampões e enclaves, porém dotado de

potencial mineral e agrícola, cuja exploração e comercialização encontrava entrave no traçado fictício das fronteiras políticas — linhas fictícias que, antes de Botha, Cecil Rhodes procurava anular em seu projeto de união Cabo-Cairo, já no século XIX.

Com o término da Guerra Fria e a formação do Eixo

<sup>9</sup> Durante a Guerra Fria procuravam, esses países, a fim de coroar o isolamento que a ONU impunha à República da África do Sul, constituir, em 1980, o SADCC (Southern African Development Coordination Conference), sem grande sucesso. Isso porque os países em questão repartiam os mesmos problemas — meios de produção obsoletos, mão-de-obra pouco qualificada e mercados restritos. Como múltiplo vetor bioceânico, já na categoria de nação emergente, mesmo punida pela ONU, a República da África do Sul sobreviveu impondo sua moeda na área do Rand.

Norte-Sul que resultou na Comunidade Econômica Européia, depois do Tratado de Maastricht, denominada União Européia, todo esse potencial espaço subsaárico, subtraindo-se a República da África do Sul, voltada a se envolver com as antigas metrópoles mediante as convenções assinadas em Lomé. Num neocolonialismo previamente acordado, a África Subsaariana, dentro da conjugação de espaços previstos por Haushofer, em 1937, se transformava no *sul* fornecedor de matérias-primas para alimentar as indústrias do *norte*, com tecnologia avançada, mas sem espaço vital. Esboça-se, pois, mais uma fase de interdependência dentro da independência.

Na África Austral, Angola é o maior país com importância geopolítica, por se constituir na soldadura entre o Zaire e a Namíbia nesse conjunto geoestratégico dominando a Passagem do Cabo. Esse fato levaria o Kremlin, no cumprimento da Doutrina Gorskov de envolvimento da OTAN pelo sul, a transformar Angola numa espécie de *satélite por controle remoto*, graças à presença,

desde 1976, de tropas cubanas no país.

A luta pela independência em Angola que, no movimento separatista do Brasil (1822) procurou ligar-se a nós, teve início em 1961, estendendo-se até 1975. Essa luta teve continuidade na guerra civil, quando três grupos étnicos se transformaram nos pivôs de movimento tribais ambicionando o poder, tribalismo que se esconde sob siglas partidárias: o MPLA (Movimento pela Libertação de Angola), da tribo dos *kimbundos*, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), da tribo dos *ovimbundos*, e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), da tribo dos *kongos*. Foram elas, justamente, as três tribos que, no período colonial, do comércio triangular Brasil/Portugal/Angola, participaram do *affaire* como caçadores e negociantes de negros escravos. Daí, Angola ser considerada a mãe do Brasil, sabendo-se que foram esses *sobas* ou *régulos*, chefes de tribos negras comerciantes de escravos, os que mais contribuíram para a destruturação geopolítica da África e, sobretudo, para sua

colonização tardia, visto que a ocupação européia se manteve periférica. No caso específico de Angola essa ocupação centralizou-se no Vale do Cuanza, onde hoje Luanda é a sede do governo, nas mãos do MPLA desde a independência.

Com a morte de Agostinho Neto, José Eduardo Santos está no poder desde 1979, apoiado pela sempre marcante presença das tropas cubanas, formada por 20 mil militares chegados em 1980 para enfrentar a guerrilha da UNITA que, no entanto, nunca foi sufocada. Com o fim da Guerra Fria o país mostrava-se praticamente devastado, com o próprio desmantelamento das transações comerciais, feitas bem mais pela *candonga*<sup>10</sup> ou troca de mercadorias, substituindo a moeda nacional.

Com a retirada das tropas cubanas, o governo de Luanda não teve alternativa que a de aceitar o pluripartidarismo, com 28 agrêmiações para levar o país para a *democracia*. No en-

<sup>10</sup> No Brasil, esse termo, originário do idioma *quimbundo* significa fazer intriga; em Angola, além de lisonja enganadora, denota ainda o *fazer-se contrabando de gêneros alimentícios*.

tanto, estourava um escândalo, em 21 de agosto de 1992, quando o jornal português *O Independente* divulgava que a campanha de José Eduardo Santos, subvencionada por Paulo Jacinto do Nascimento, tinha conexão com o esquema P. C. Farias, no Brasil, que, pela corrupção, redundaria na queda do governo Collor. Descobriu-se, então, que Paulo Jacinto do Nascimento era funcionário de P.C. Farias e que, por meio da empresa Propeg, de Cláudio Vieira, manobrou o pleito. O escândalo, ironicamente denominado *Angol-lor*, mostrara um financiamento feito por *contas fantasmas*, que utilizavam parte do dinheiro da venda dos 40 mil barris diários de petróleo destinados à Saccilda-OB, estatal angolana com escritórios de representação no Rio de Janeiro. Assim sendo, embora Santos tenha vencido no primeiro turno, com quase 50% dos votos, não foi realizado o 2º turno, reiniciando-se a Guerra Civil.

Nesse conflito, Huambo (antiga Nova Lisboa), reduto dos *oveimbundos*, a tribo de Savimbi, lutando contra o governo de Luanda, procura avançar para a costa norte,

na direção de Soyo, responsável por 30% da produção angolana de petróleo. Com o término da Guerra Fria, os Estados Unidos, que desde 1975 apoiavam a UNITA, voltaram-se, a partir de 1992, para o MPLA, levando esse partido no poder a abandonar a economia centralizada marxista e, sob a tutela do FMI e do Banco Mundial, desvalorizar a moeda nacional, o *cuanza*, privatizar fazendas de café e proteger o capital estrangeiro.

Além da instabilidade política que fomenta a guerra civil, Angola também se vê às voltas com o problema de Cabinda, seu território descontínuo na foz do Congo. No passado das conquistas, a diretriz portuguesa foi sempre a de obter um ponto de apoio na foz de um rio, que lhe viesse facilitar o intercâmbio com o interior. Conseqüentemente, em se tratando de Cabinda, esse enclave na foz do Congo teve o mesmo enfoque geoestratégico que o da Colônia do Sacramento, no Prata, hoje uma cidade do Uruguai. Por isso Cabinda, em sua união com Angola, talvez tenha os dias contados, já que tanto a República Democrática do Congo como o Congo têm interesse

no secessionismo. Mas, se tal vier a ocorrer, os dois países vizinhos tratarão de pleitear ou realizar sua anexação. Em um desentendimento, uma intervenção externa poderá fazer surgir mais um ministado na África.

Cabinda, pobre em defesa militar, é um território rico em recursos econômicos. O enclave é o responsável pela produção de 60% do petróleo de Angola, representando 90% das receitas de exportação do país devastado pela guerra. Num baía correspondente a nossa Guanabara, diante do enclave, encontra-se a supercidade do Malongo, construída pela *Cabinda Gulf Oil*, associação que reúne Angola e a *British Petroleum*. Inclui-se ainda, em suas atividades econômicas, jazidas de ouro ainda inexploradas, de fosfato, mercúrio e diamantes. Possui o maior rebanho caprino da África Austral, enquanto sua agricultura de meio porte produz banana, café, cacau e milho.

A luta pela separação é efetuada por guerrilheiros da FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda), organização político-militar criada em 1963, organização que também não foge ao

tribalismo, pois se divide em três facções: a FLEX/FAC, radical, bem-aparelhada, apresentando-se como a defensora única da independência; a FLEC/Interior, de tendência pacífica, mas que, embora considere desnecessária a violência, admite a guerrilha como meio de pressionar o governo de Luanda; e a FLEC/Renovada, de liderança conciliadora, procurando manter entendimento entre as alas.

País inviável, Cabinda tem sua independência ameaçada pelos vizinhos, enquanto Moçambique, na área ribeirinha do Índico é tido como país improvável dentro do enfoque geopolítico, com os seus 3.000km de litoral alargando-se e retraindo-se em direção à fronteira terrestre. Deve essa sua característica à ocupação portuguesa iniciada em 1526, em Sofala, através do Zambeze. Aí surgiram os *prazos*, correspondentes às capitâneas no Brasil, onde, bastante mestiçados, os *prazeros* se transformaram, no século XIX, nos barões negreiros adversários dos portugueses.

Caberia à geografia complementar a ocupação

inicial, já que os eixos fluviais, dispostos ao longo do território moçambicano de leste para oeste, transformaram-se em obstáculos na circulação nortesul, e, ao mesmo tempo, em eixos estanques de concentrações populacionais, que as ferrovias, em 1894, procuraram tardiamente corrigir.

A falta de unidade imposta pela geostória, mostraria um contraste no movimento de independência bem mais coeso em Moçambique do que em Angola. Surgiu com a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), dirigida pela personalidade marcante de Eduardo Mondlane, assassinado em 1969, e logo substituído por seu lugar-tenente Samora Machel. Ambos do sul, foram chefes da guerrilha instalada no norte, onde a tribo *makonde*, da fronteira com a Tanzânia, contou sempre com apoio do TANU (*Tanzanika African National Union*). Imperava o ideal unionista com os *makuas*, mas não contaram com o apoio estratégico dos *shona*, estabelecidos no corredor da Beira, onde o braço armado da RENAMO (Resistência

Nacional Moçambicana) passaria a ser oposição após a independência.

Assim, Moçambique também se inclui no tribalismo, a marca quase que registrada da África Subsaariana, como impasse entre a RENAMO, do líder direitista Afonso Dhlakama, e a FRELIMO, de Joaquim Alberto Chissano, oriunda do marxista Samora Machel. Observe-se que, com o término da Guerra Fria, o tribalismo substituiu a ideologia no fomento às guerras civis, nas quais a ONU vem se mostrando impotente e, no caso de Moçambique, desde 1992, quando para lá enviou o seu contingente de paz, comandado pelo brasileiro General Lélío Gonçalves da Silva.

Em conseqüência, a economia do país, seguindo o instável parâmetro político, está desorganizada, enquanto as privatizações, impostas pelo Banco Mundial e o FMI, deixam o poder instalado em Maputo incapaz de atender às necessidades básicas da população dessa república parlamentarista com forte chefe de governo e que, como Angola, conta com mais da

metade de analfabetos e ainda tem no primeiro verso de seu hino a marca da luta de classes: *Avante operários e camponeses na luta contra a exploração.*

### África Oriental

PAÍS	CAPITAL	ÁREA (km <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO (Est. 1992)
Burundi	Bujumbura	27.830	5.200.000
Quênia	Nairóbi	555.000	24.000.000
Tanzânia	Dodoma	940.000	26.900.000
Uganda	Campala	237.000	18.700.000
Ruanda	Kigali	26.340	7.400.000

Fonte: *Dictionnaire de Géopolitique*, Paris, 1993

O Canal de Moçambique, com 1.800km de comprimento e 450km em sua maior largura, separa a maior ilha local (587.000km<sup>2</sup>) do continente. Vivem aí, também dentro do tribalismo, os *merinas*, *sakalavas* e *betsileos*, integrando os onze milhões e meio de habitantes da República Democrática de Madagascar. Zona de transição, em meio às cinco regiões geopolíticas da África, essa ilha se constitui na ponte entre o continente a que pertence e a Ásia. Recebeu, assim, povos de origens diferentes, desde os naufragos que os ventos e correntes para aí con-

duziram, até os asiáticos, introdutores da rizicultura, aos quais vieram se juntar os colonizadores franceses.

Nas imediações de Madagascar, outros três países insulares — Maurício, Comores e Seychelles, ainda

que, com a Cornucópia Africana, se constituem nas áreas do setor negro que mais se aproximam dos árabes.

Fazem parte da África Oriental cinco países que o *shuahili* não conseguiu unir.

em face da presença dos Estados Unidos, em Diego Garcia, e dos franceses, em Tromelin. Foram essas ilhas, no passado, trampolins para a África Oriental, onde representavam, através do *suahili*, importante papel na unidade lingüística local.

O *suahili* tem por base o dialeto negro *bantu*, fortemente mesclado ao árabe, em função do contato comercial, cuja principal mercadoria era de negros escravos. Foi, assim, a língua oficial no império comercial, comandado pela Ilha de Zanzibar, e vetor do islamismo na África Oriental

A África Oriental responde ao *Rift*, ou seja, a região das grandes fossas tectônicas, ocupadas por vários lagos, onde o tribalismo também se impõe. Isso desde os pequenos enclaves de Ruanda e do Burundi, onde os *hutus* do grupo *bantu*, vindos da Bacia do Congo, e os *tutsis*, provenientes da Etiópia, lutam entre si para a tomada de poder.

Ruanda, com 90% de *hutus*, é país governado por essa tribo, mas contando com a oposição dos 9% de *tutsis*. Essa minoria, formada por grupo de estatura elevada, procurou sempre, fato notado desde a era da

exploração científica do século XIX, dominar os *hutus* de cultura mais primitiva. Assim, no contexto atual, os *tutsis*, reunidos na Frente Patriótica Ruandesa (FPR), são considerados rebeldes, mas se constituem na *elite* dos criadores e, como *aristocratas* se colocam contra os *hutus* (palavra que significa servo), já que conseguiram o poder político no vizinho Burundi.

Diante do fracasso da intervenção estadunidense na Somália e da própria ONU (*Operação MINUAR* — Missão das Nações Unidas para ajuda à Ruanda) no conflito que ocorre nesse *país das mil colinas*, a Guerra Civil tornou-se cada vez mais cruenta. Assim, em junho de 1993, a França resolvia aceitar o alto risco, não só porque Ruanda, colonizada pelos belgas, tem no francês uma de suas línguas oficiais, como os

franceses contam com tradição na área, desde 1990, quando a crise ameaçava explodir.

A crise é mantida pelo *apartheid* de uma só cor que *balcaniza* o Burundi, reforçando a situação dos tempos coloniais, quando os valões da Bélgica passaram a apoiar os *tutsis* e os flamengos puseram-se a proteger os *hutus*.

Embora as duas tribos em luta falem a mesma língua e sejam cristãs em maioria, só convivem dentro do *apartheid*. Mas, enquanto o Vaticano se bate pela proteção às populações massacradas, dentro do conceito de *ingerência humanitária*,<sup>11</sup> o CMI (Conselho Mundial das Igrejas), que liga 324 igrejas cristãs em mais de 100 países, mostrou-se contrário à intervenção francesa.

A instabilidade deve atingir também a Tanzânia, pois o TANU, de Julius Nyerere, no poder desde 1965, viu este retirar-se da vida pública em 1990. Os problemas já podem ser vislumbrados pela Emenda Constitucional de 1992 que, pretendendo levar o país para o pluripartidarismo, impõe a condição de que as agremiações políticas não

preguem o tribalismo e o separatismo, itens que, por certo, não serão respeitados.

O tribalismo afeta também o Quênia, cujos problemas econômicos são agravados pela seca e entrada de refugiados somalianos e *hutus* dos países vizinhos, em guerra civil.

### Cornucópia Africana

A Cornucópia Africana ou Grande Somália, assim chamada por ter sido habitada, em sua maior parte, pelos somalis, é geograficamente formada por um triângulo irregular, com vértice ocupado pelo Cabo Guardafuí. ImproPRIAMENTE chamada de *chifre da África*, a região não conseguiu integrar-se com a Etiópia, em face do colonialismo, ou seja, a ocupação de vasto litoral que vai do Estreito de Bab-el-Mandeb até o Índico, pelos franceses, ingleses e italianos. O ideal é hoje ainda mais utópico pois, se a Grande Somália fosse objetivo da Etiópia, iria contar com a franca oposição do pan-arabismo, de um lado, e do fundamentalismo islâmico instalado no Sudão.

Encontra-se aí, pois, intrincada zona de atrito, de fronteiras mal delimitadas e etnicamente desajustada.

**228**  
<sup>11</sup> O documento do Conselho Pontifício para a Justiça e Paz, divulgado em 21 de junho de 1993 pelo Vaticano, aceita como *moralmente válida* a legítima defesa mediante o uso de armas para proteger a vida de populações inocentes em todo o mundo. A *ingerência humanitária* se coloca, pois, acima da soberania das nações, quando se trata de acabar com conflitos étnico, e nacionais.

PAÍS	CAPITAL	ÁREA (km <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO (Est. 1992)
Djibuti	Djibuti	23.000	484.000
Eritreia	Asmara	117.400	3.400.000
Etiópia	Adis Abeba	1.100.000	50.000.000
Somália	Mogadíscio	637.000	7.500.000

Fonte: *Dictionnaire de Géopolitique*, Paris, 1993

À ocupação européia juntar-se-ia o *expediente da história* constituído pela Eritreia que, em 1952, passava a ser um Estado federado da Etiópia, transformada, em 1962, numa simples província. Daí a luta, desde 1965, contra o poder central desse território à beira do Mar Vermelho, onde coabitam cristãos e muçulmanos, que se transformou num novo país africano em maio de 1993.

São também cristãos cerca de 60% dos etíopes, vivendo em território interiorizado a 1.800 metros acima do mar, um autêntico bastião da cristandade, cercado por muçulmanos hostis, nas terras mais baixas. É essa a feição geral da Etiópia, que se considera a *Terra Santa do Povo Eleito* ou a *Israel da África*, cuja história remonta a 3.000 anos antes de Cristo. Dentro do contexto geopolítico, constitui-se numa abertura tradicional para a África Subsaariana — Sudão, já em zona de transição, Quênia e

República Democrática do Congo.

Perdido seu litoral, autêntico balcão debruçado sobre o Mar Vermelho e a Península Arábica, impõe-se para o continente mais uma incógnita: até quando a Etiópia ficará conformada como Estado interiorizado? Estado tendo que continuar a se valer, com mais intensidade ainda, do miniestado de Djibuti, muitas vezes convulsionado pela rivalidade entre *afars* e *issas* e que, embora de exíguo *hinterland*, é importante escala marítima e porta de entrada dos etíopes — enclave que preferiu se separar da Somália, um dos países mais pobres e atrasados do mundo, nascido em 1960, carecendo de estruturas políticas e administrativas, perdido no emaranhado do sistema tribal.

No entanto, por seu posicionamento geoestratégico, de chave no golfo de Aden e Mar Vermelho, e porta de acesso ao Índico na rota do petróleo para o

Ocidente, transformaram essa Somália numa *pobre cobiçada*, que se vendeu aos Estados Unidos, mas que, ante a indecisão de Carter, passava a ser um *Estado da KGB*. Somália que vem se empobrecendo cada vez mais com as lutas tribais, levando a ONU a uma ineficaz intervenção (1992-93). A Somália, disputando com a Etiópia o Deserto de Ogaden, que lhe é limítrofe e que, em 1977, provocou uma guerra entre os dois países, não se encontra imune ao secessionismo, já que o setor colonizado pela Inglaterra procura se desligar do sul, de colonização italiana, para se transformar na *Somaliland*, com seu milhão de habitantes, numa área de 176.000km<sup>2</sup> comandada pela capital em Hergeisa.

Curiosamente, esse secessionismo subsiste numa Somália habitada nas duas regiões por somalis islâmicos, mas que se dividiram em tribos e clãs por influência da Arábia Saudita e do

Iraque. Assim, a guerra civil e os efeitos da seca fazem grassar a fome nesse país, que discute se deve oficializar, como língua oficial, o árabe ou o somali.

O somali não tem sido suficientemente forte, embora falado em todos os países da Cornucópia Africana e norte do Quênia, para unificar a região onde o árabe procura se impor.<sup>12</sup> O conflito lingüístico se estende para o religioso, pois os etíopes, de crença cristã copta ou ortodoxa, tudo fazem para impedir a islamização, mesmo que essa política venha sendo levada a efeito pelos fundamentalistas instalados no Sudão contra populações cristãs de sua província meridional.

## CONCLUSÃO

O traçado fictício de fronteira, acordado pelas

potências européias no século XIX, mantém a marca de suas conseqüências na África Subsaariana, proporcionalmente a região mais subdividida geopoliticamente no mundo.

Em função do tribalismo, inexistente o nacionalismo no sentido exato da palavra. Assim, com o processo imaturo da independência, a liberdade se encontra em declínio. Pelos fatos políticos ocorridos, muito concorre não terem os países conseguido estabelecer objetivos comuns quanto ao apoio à segurança internacional, ao crescimento econômico e aos direitos humanos. Conseqüentemente, os ditadores se perpetuam no poder ou manobram pretensas eleições, conscientes de que podem desrespeitar as regras internacionais ante a inoperância da ONU.

Um desses ditadores, Joseph Sesse Mobuto, tomou o poder em 1965, refugiado em seus palácios ou num iate que navegava pelo Congo e cuja morte lançaria o Zaire num *barril de pólvora*. É o que indica a existência no país de cerca de 250 povos espalhados em 11 províncias ao lado de um exército indisciplinado e sem unidade. Surgirá então uma outra Libéria onde clãs armados

se envolvem em guerra fratricida, que se mantém latente em Angola, pois Jonas Savimbi não permite que seus guerrilheiros deponham as armas.

Na África, as camarilhas dirigentes, que herdaram países demarcados pelos colonizadores, se servem do poder em benefício próprio. E, nesse contexto, um golpe militar acabou com o sistema democrático no Níger (janeiro de 1996), enquanto no mês seguinte soldados descontentes quase provocaram a queda do presidente da Guiné. Em contrapartida, com diferentes graus de garantia, se realizavam eleições no Benin, Zimbábue e Serra Leoa.<sup>13</sup> Concluiu-se pois que, no contexto geral, a democracia continuará bem mais sob sombras do que sob luzes e, muito embora o continente tente fugir da periferia do sistema, ditaduras sufocam democracias, golpes impõem anarquias, enquanto a fome ameaça milhões que, abandonados por governos falidos, têm que buscar refugio em outros países, procurando caminho próprio para a sobrevivência.

Assim, enquanto se propõe, para auxiliar economicamente essa África Subsaariana empobrecida, a condição de que ela adote o

<sup>12</sup> Devendo-se ressaltar que o credo de Maomé é a religião de maior crescimento na África, com a moralidade e a espiritualidade buscando posicionamento no atual contexto mundial, procurando substituir o arabismo nacionalista.

<sup>13</sup> Nessa ex-colônia inglesa, o presidente eleito, Abimad Tejan Kabbah, foi deposto, em maio de 1997, por um golpe militar e posto sob controle do autoproclamado Conselho Revolucionário das Forças Armadas.

multipartidarismo que está longe de conseguir, a instabilidade vem sendo a tônica. A ponto de, das 13 operações de paz em andamento pela ONU em 1993, num total de 69 mil capacetes azuis, 440 estavam em Angola, para controlar e aplicar acordos de paz entre o governo e a UNITA, 250 em Moçambique, para desarmar facções e preparar eleições, enquanto 20.000 se instalavam na Somália, para supervisionar o cessar-fogo e proteger a ajuda humanitária para um povo que morria à míngua.

Enquanto isso, em Nova York, eram ouvidos 93 discursos (27 de setembro a 14 de outubro de 1993) para que se iniciassem as discussões rotineiras na ONU. Nessa sessão anual da Assembleia-Geral, falou-se de tudo, desde assuntos domésticos aos internacionais. Enquanto Clinton, pelos Estados Unidos, defendia uma atuação mais restrita da ONU, o Secretário-Geral, Boutros Gali, substituído, em 1996 pelo ganense Kofi Annan, alertava que *os desafios do mundo não podem esperar*.

Enquanto espera, a África Subsaariana passa, do confronto Leste/Oeste, para o neocolonialismo de um

Eixo Norte/Sul que já a envolveu, via Convenções assinadas em Lomé, a capital do Togo. Tudo isso foi caracterizado no discurso feito pelo Chanceler brasileiro, Celso Amorim, na abertura oficial da Assembleia-Geral da ONU, em 27 de setembro de 1993, quando alertou para as desigualdades, *visto que a crescente desordem internacional que sucedeu a Guerra Fria se tornou uma justificativa para atos discriminatórios com repercussões nos países do sul*.

Em se tratando dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), a tendência para uma nova aproximação com o Brasil e Portugal, através da Comunidade de Povos de Língua Portuguesa (CPLP), idealizada pelo embaixador brasileiro José Aparecido de Oliveira, procurava definir sua geoestratégia dentro das seguintes diretrizes: Cabo Verde, sem curso superior, sediaria a Universidade dos Sete; a Guiné-Bissau, contornada por países francófonos, e Moçambique, rodeada por cerca de 90 milhões de pessoas falando o inglês, seriam os bastiões da coordenação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa; S. Tomé e Prín-

cipe se ocuparia com a cooperação econômica empresarial; enquanto Angola, dominada pela mais longa guerra tribal, abrigaria o Parlamento da nova Comunidade.

Sobre essa geoestratégia, Fernando dos Santos Neves afirmava que seria um autêntico golpe de mestre para resgatar o tesouro que a União Européia, com interesses na África Subsaariana, via Convenções de Lomé, procurava convencer Portugal a abandonar. Mas que, textualmente, afirma o Reitor da Universidade de Humanidades e Tecnologia: *não há especiarias orientais, nem ouro do Brasil, nem milhões de europeus que substituam o projeto da CPLP (in Jornal do Brasil, de 7 de julho de 1994)*. Mesmo sem o ouro e as especiarias, a Comunidade Lusófona nascia, em 17 de julho de 1996, em Lisboa, no Centro Cultural de Belém. Nascia, no entanto, sem a tão necessária aspiração comum, bem longe ainda de se definir.

Os anos 80 podem, pois, ser considerados, para a África Subsaariana, como a *década perdida*, com os países dependentes das exportações de bens primários vendo suas economias

desabarem com a queda dos preços, sobretudo do café, cacau e cobre.

É a área onde a maioria das pessoas fica cada vez mais pobre. Nos anos 80 a renda *per capita* baixou quase 2% ao ano e, fora a diminuta elite, segundo o Banco Mundial, mais de uma pessoa em cada três vive na pobreza absoluta, mas que, nem por isso, se impõem a um planejamento familiar, já que a explosão demográfica é a mais alta do mundo, com a cifra de 3,2% ao ano. Nesse caminhar, pois, em menos de 25 anos, quase 30 nações africanas irão duplicar sua atual população. E, se na área subsaariana viviam, ao se iniciar a década de 90, cerca de 600 milhões de pessoas, deverá, no ano 2030, atingir a 1,6 bilhão.

O analfabetismo é tónica quase que constante e, segundo o UNICEF, os gastos com cada estudante diminuíram em quase 1/3, o número de matrículas nas escolas primárias reduziu-se de 79% para 67%, levando, em contrapartida, 1/3 dos que conseguem se diplomar a abandonar o continente.

Na década de 80, a produção de alimentos caiu a um nível 20% inferior ao da década de 70, com tendência a diminuir ainda mais na década de 90, em função das secas, da degradação do solo e do conseqüente avanço do deserto, além das guerras tribais que concorrem para a instabilidade. Segundo o UNICEF, 100 mil crianças morrem na África Subsárica e outras 100 mil ficam incapacitadas

pela a fome, já que a mandioca, o prato básico, é pobre em nutrientes.

A África Subsárica é, pois, uma dessas áreas do Sul em ebulição, passando por um período de tensão, saída da Guerra Fria, para entrar na *Guerra Tépidia*. Período que irá alterar seu mapa político ou modificar radicalmente as noções de nacionalidade e, no seu bojo, a de soberania. Isso porque a África Subsárica é uma região caracterizada geopoliticamente por um conglomerado de países, não só fracos como heterogêneos, que tateiam para resolver equações nacionais ou regionais, porém, muito ligados, pelo *cordão umbilical da dependência*, aos centros metropolitanos do Norte, numa proposição moderna do neocolonialismo.



## BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Delgado de. *África — Geografia social, econômica e política*. Rio de Janeiro, 1963.
- DECHAMPS, *L'Afrique noire précoloniale*. Presse Universitaire de France, Paris, 1962.
- FELGAS, Hélio. *A maior guerra entre os africanos*. Nigéria Biafra, Serviços Gráficos da L.C., Lisboa, 1970.
- MELLO, William Agel de. *Uganda — o socialismo africano: o modelo da Tanzânia*. Thesaurus Editora, Brasília, 1990.
- MENDE, Tibor. *De l'aide a la recolonization — Les Lessons d'un échec*. Éditions du Seuil, Paris, 1972.
- SENGHOR, Henri Pierre Arphang. *20 Atlântico Sul e a África*. Conferência proferida na ESG, em 27 de julho de 1970. Indicativo C-90-I-70.
- WALKER, Sir Walter, General. *O urso à porta de trás — A ameaça soviética à linha vital do ocidente em África*. Editora Abril, Lisboa, 1979.
- WODDIS, Jack. *África: As raízes da revolta*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1961.
- ZISCHKA, Anton. *África, reserva da Europa*. Ediciones Omega S.A., Barcelona, 1954.